



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB**  
**PREGOEIRO OFICIAL: ALLEN KRYSTHIANO SARAIVA FIGUEIREDO**  
**AUTORIZADA PELA PORTARIA Nº. 846/2005, DE 28 DE JULHO DE 2005**

Ofício 004/2005

Vitória da Conquista, 29 de novembro de 2005

À JAT – Equipamentos Médicos Odontológicos Ltda.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB, através do Pregoeiro Oficial designado pelo Magnífico Reitor Abel Rebouças São José, vem responder pedido de impugnação ao edital do Pregão Presencial nº 029/2005 (Aquisição de Material Permanente – Consultórios Odontológicos), impetrado pela empresa JAT – Equipamentos Médicos Odontológicos Ltda., tempestivamente, no dia 29 de novembro de 2005.

DO PEDIDO: A impugnante alega em seu pedido que o edital de Licitação do referido Pregão deixou de exigir documentos essenciais para qualificação do licitante, conforme se segue:

- a) **Certidão de Boas Práticas de Fabricação**, conforme RDC nº 59 de 27 de junho de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS
- b) **Comprovação do Registro dos Produtos**, conforme RDC nº 185 de 22 de outubro de 2001 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS
- c) **Alvará de Licença para Funcionamento**, concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS

DO PARECER: Após recebimento da impugnação foi realizada uma diligência junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS, especificamente nas exigências solicitadas nos editais para aquisição de equipamentos cujo objeto é o mesmo da licitação em tela, onde concluímos:

- 1) Acatar** os questionamentos de impugnação da empresa JAT – Equipamentos Médicos Odontológicos Ltda.;
- 2) Incluir as seguintes exigências no Item 5.2 - Proposta de Preços do edital 029/2005 – Pregão Presencial:**

*5.2.15 A licitante deverá apresentar o Alvará de Licença para Funcionamento, concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS.*

*5.2.16 A licitante deverá apresentar, para os equipamentos cotados, os respectivos Registros definitivos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)/Ministério da Saúde, atendendo ao disposto na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001,*

da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, salvo os casos amparados pelo artigo 3º da mesma resolução, que deverão, então, atender a Resolução RDC nº 260 de 23 de setembro de 2002, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. As empresas deverão apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle conforme Resolução RDC nº 59 de 27 de junho de 2000.

5.2.17 A empresa licitante deverá apresentar documento emitido por órgão competente comprovando o atendimento às normatizações solicitadas nas especificações dos itens que assim o exijam.

5.2.18 A licitante deverá apresentar Manual Técnico definitivo e especificações de cada item do lote que for cotado, que deverá ser cópia fiel do mesmo manual técnico e especificações que foi apresentado a ANVISA para fins de registro ou cadastro, conforme a característica do equipamento. Prevalecerão, para fins de comprovação, as informações constantes no Manual técnico e especificações conforme apresentado a ANVISA/MS.

**3) Prorrogar a sessão de abertura das Propostas de Preços e Habilitação para o dia 08 de dezembro de 2005 às 14:30 horas.**

**Allen Krysthiano Saraiva Figueiredo**  
**Pregoeiro Oficial**

RECEBIDO EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Ass./Carimbro: \_\_\_\_\_